



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CONSELHO GESTOR DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - CGPPP**  
**EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL**



**CADERNO 5 - MODELAGEM JURÍDICO - INSTITUCIONAL**  
**Arranjo Institucional e Jurídico**  
**Volume 2 - Anexos**

REV. 01 - Entrega Final



**Procedimento de Manifestação de Interesse**  
**Março 2017**

## **CADERNO 5 - ANEXO I**

# **DIAGNÓSTICO RESUMIDO DA SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ASSOCIADA DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO**

## LEIS QUE AUTORIZAM A GESTÃO ASSOCIADA

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Água Clara</b>	Não disponibilizada	(Convênio de Concessão com Gestão Compartilhada)					
<b>Alcinópolis</b>	Lei 306/10 Lei 310/10	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê a obrigação da SANESUL de entregar, totalmente construída, a Estação de Tratamento de Esgoto até 01/10/12. De acordo com informações da SANESUL, o término da execução ocorrerá no final de 2017.

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Amambai</b>	Lei 2.142/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Anastácio</b>	Lei 712/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
Anaurilândia	Não disponibilizada	(Convênio de Concessão com Gestão Compartilhada)					
Angélica	Lei 774/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Antônio João</b>	Lei 916/10	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Aparecida do Taboado</b>	Não disponibilizada	(Convênio de Concessão com Gestão Compartilhada)					

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Aquidauana</b>	Lei 2.270/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Aral Moreira</b>	Lei 694/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Bataguassu</b>	Lei 1.847/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Batayporã</b>	Lei 791/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê que o Município está autorizado a realizar cessão onerosa da rede de esgoto existente, mediante avaliação, utilizando o valor correspondente para compensação de débitos vencidos e vincendos com a SANESUL



MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Bodoquena</b>	Lei 495/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Bonito</b>	Lei Complementar 115/15	Autorização para delegar a exploração dos serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário a pessoas jurídicas de direito público e privado - Por meio de licitação, consórcio público, convênio de cooperação ou contrato de programa	Áreas urbanas do Município, incluindo seus distritos	35 anos, incluindo prorrogações	Prevista ao mencionar o prazo máximo	Não há previsão	A Lei, em seu artigo 7º, prevê diversas obrigações ao prestador de serviços

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Brasilândia</b>	Lei 2.607/15	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Caarapó</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Camapuã</b>	Lei 1.556/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Caracol</b>	Lei 582/11 Lei 589/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, mediante termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Chapadão do Sul</b>	Lei 780/10	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes e mediante autorização legislativa, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Coronel Sapucaia</b>	Lei 975/2009	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê a obrigação de envio de relatório trimestral da qualidade da água do córrego que recebe o esgoto ao Executivo e à Câmara
<b>Corumbá</b>	Não disponibilizada						
<b>Coxim</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Deodápolis</b>	Lei 559/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Dois Irmãos do Buriti</b>	Não disponibilizada						
<b>Douradina</b>	Não disponibilizada						
<b>Dourados</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Eldorado</b>	Lei 835/11 Lei 888/11 Lei 901/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Fátima do Sul</b>	Não disponibilizada						
<b>Figueirão</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Guia Lopes da Laguna</b>	Lei 946/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê a revisão das cláusulas do contrato de programa a cada 4 anos
<b>Iguatemi</b>	Não disponibilizada						



MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Inocência</b>	Lei 700/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Itaporã</b>	Lei 2.030/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Itaquiraí</b>	Não disponibilizada						
<b>Ivinhema</b>	Lei 100/11 (não disponibilizada) ) Lei 107/11 (altera a Lei 100/11)						
<b>Japorã</b>	Não disponibilizada						
<b>Jardim</b>	Lei 1.425/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Jateí</b>	Lei 534/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Juti</b>	Não disponibilizada						
<b>Ladário</b>	Lei 968/16	Autorização para estabelecer com a SANESUL conceder a prestação dos serviços de saneamento básico	Município	Até 30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	AGERLA - Agência Municipal de Serviços Públicos	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Laguna Carapã</b>	Projeto de Lei 012/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Maracaju</b>	Lei 1.649/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei contempla Plano de Investimento anexo, revisado a cada 5 anos conforme crescimento populacional

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Miranda</b>	Lei 1.310/13	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Área urbana do Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Mundo Novo</b>	Lei 787/10	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Naviraí</b>	Lei 2.007/16 Obtido pelo escritório	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê que o contrato de programa deverá ser submetido a consulta pública e a, no mínimo, duas audiências públicas
<b>Nioaque</b>	Lei 2.261/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Nova Alvorada do Sul</b>	Não disponibilizada						
<b>Nova Andradina</b>	Lei 965/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes e mediante leis autorizadoras, desde que haja cumprimento integral do cronograma do contrato	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Novo Horizonte do Sul</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Paranaíba</b>	Lei 1.490/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Paranhos</b>	Lei 482/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida mediante autorização do Poder Legislativo Municipal	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê que a SANESUL se compromete a ampliar a rede de coleta de esgoto de acordo com a demanda do Município



MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Pedro Gomes</b>	Lei 1.039/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Ponta Porã</b>	Lei 3.844/12	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Área urbana do Município e Distritos	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes e mediante autorização legislativa, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Porto Murtinho</b>	Lei 1.465/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, mediante autorização legislativa	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	Lei 969/11	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes e mediante autorização legislativa, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Rio Brilhante</b>	Lei 1.584/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei contempla Plano de Investimento anexo
<b>Rio Negro</b>	Lei 610/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Rio Verde de Mato Grosso</b>	Lei 963/10	Não consta a autorização propriamente dita - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê a reposição do maquinário, equipamentos e veículos a cada 10 anos
<b>Santa Rita do Pardo</b>	Não disponibilizada						
<b>Selvíria</b>	Lei 896/13	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Área urbana do Município, exceto o Bairro de Guadalupe do Alto Paraná (Véstia)	30 anos (contrato de programa)	Admitida prorrogação mediante nova autorização legislativa	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	A Lei prevê a revisão do contrato de programa a cada 4 anos

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Sete Quedas</b>	Não disponibilizada						
<b>Sidrolândia</b>	Lei 1.441/09	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida prorrogação, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	Não há
<b>Sonora</b>	Não disponibilizada						

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Tacuru</b>	Lei 957/12	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	
<b>Taquarussu</b>	Lei 214/04	Autorização para assinar convênio de concessão com gestão compartilhada com a SANESUL para a empresa implantar, ampliar, administrar e explorar os serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	30 anos	Não há previsão	Não há previsão	

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
<b>Terenos</b>	Lei 975/08	Autorização para estabelecer com o Estado gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Admitida sucessivas prorrogações, por igual período, a critério das partes, através de termos aditivos	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	
<b>Três Lagoas</b>	Lei 2.490/10	Autorização para firmar convênio de gestão associada com o Estado para gestão de serviços públicos de saneamento básico - Organização, planejamento, regulação e fiscalização será exercida, por delegação, na forma de convênio de cooperação, pelo Estado e pela AGEPAN - Prestação de serviços, mediante contrato de programa, pela SANESUL	Município	30 anos (contrato de programa)	Não há previsão	Estado: organização e planejamento AGEPAN: regulação e fiscalização	

MUNICÍPIO	Nº DA NORMA	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA	OBSERVAÇÕES
Vicentina	Não disponibilizada						



## CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Alcinópolis</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (21/03/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	21/03/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Amambai</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Anastácio</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/08/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Angélica</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Antônio João</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (03/08/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	03/08/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Aquidauana</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (15/08/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	15/08/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Aral Moreira</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (23/03/2040)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	23/03/2010	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Bataguassu</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (09/09/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	09/09/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Batayporã</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Bodoquena</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Bonito</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (29/03/2046)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	29/03/2016	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Brasilândia</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (21/12/2045)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	21/12/2015	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Camapuã</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/11/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Caracol</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (13/09/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	13/09/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Chapadão do Sul</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (10/08/2040)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	10/08/2010	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Coronel Sapucaia</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	29/12/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Deodápolis</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	15/12/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Eldorado</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	15/12/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Guia Lopes da Laguna</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Inocência</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (01/10/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	01/10/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Itaporã</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Ivinhema</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/08/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/08/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Jardim</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (24/09/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	24/09/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Jateí</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	18/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ladário</b>	Organização e planejamento dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (20/12/2046)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGERLA - Agência Municipal de Serviços Públicos	20/12/2016	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGERLA, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Laguna Carapã</b>	Não disponibilizado						
<b>Maracaju</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (10/06/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	10/06/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Miranda</b>	Planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (23/09/2044)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	23/09/2014	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano de Investimentos e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Mundo Novo</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (2040)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	00/00/2010	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Naviraí</b>	Planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (16/12/2046)	Não há	AGEPAN	16/12/2016	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Nioaque</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/11/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Nova Andradina</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	0/0/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Paranaíba</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (05/12/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	05/12/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Paranhos</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (08/03/2042)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	08/03/2012	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Pedro Gomes</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	29/12/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ponta Porã</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (02/04/2042)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	02/04/2012	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Porto Murtinho</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (30/05/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	30/05/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	00/00/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Rio Brilhante</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	29/12/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Rio Negro</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (19/09/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	19/09/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Rio Verde de Mato Grosso</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (11/03/2040)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	11/03/2010	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Selvíria</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/06/2043)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/06/2013	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Sidrolândia</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2039)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	15/12/2009	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Tacuru</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (29/05/2042)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	29/05/2012	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)
<b>Terenos</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	04/11/2008	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. Obrigação do Município delegar a regulação à AGEPAN, celebrar contrato de programa e contratar a SANESUL (dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, e art. 26, ambos da Lei federal nº 8.666/93)

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Três Lagoas</b>	Organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico	Município	30 anos, a contar da assinatura (11/02/2041)	Por acordo entre as partes até o limite previsto na legislação	AGEPAN	11/02/2011	1. Prestação dos serviços deverá observar o Plano Estadual de Saneamento Básico e o contrato de programa 2. SANESUL, por contrato de programa, é a prestadora dos serviços

## CONTRATOS DE PROGRAMA

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Alcinópolis</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (21/03/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - nº 6.689/92	21/03/2011	Prevê a obrigação da SANESUL de entregar, totalmente construída, a Estação de Tratamento de Esgoto até 01/10/12. De acordo com informações da SANESUL, o término da execução ocorrerá no final de 2017.



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Amambai</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Anastácio</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	04/11/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Angélica</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Antônio João</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (03/08/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	03/08/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Aquidauana</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos (15/08/2041)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	15/08/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Aral Moreira</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (23/03/2040)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	23/03/2010	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Bataguassu	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (09/09/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	09/09/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Batayporã</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Bodoquena</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Bonito</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município e seus distritos urbanos	30 anos, a contar da assinatura (29/03/2046)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - Decreto nº 6.689/92	29/03/2016	Prevê que o Município é responsável pela reposição asfáltica, sendo os valores apurados ao final de cada mês com base nos preços da AGESUL, a serem descontados das faturas de água e esgoto, bem como que a SANESUL executará, as suas expensas, obras de implantação de sistema de água e esgoto nos empreendimentos habitacionais edificados exclusivamente com recursos públicos

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Brasilândia</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (21/12/2045)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	21/12/2015	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Camapuã</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	04/11/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Caracol</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (13/09/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	13/09/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Chapadão do Sul</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (10/08/2040)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	10/08/2010	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Coronel Sapucaia</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	15/12/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Deodápolis	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	15/12/2011	Não há



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Eldorado</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	15/12/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Guia Lopes da Laguna</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Inocência	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (01/10/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	01/10/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Itaporã</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Ivinhema	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (04/08/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	04/08/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Jardim	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (24/09/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	24/09/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Jateí</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (18/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	18/12/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ladário</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (21/12/2046)	Não há previsão	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	21/12/2016	Não há



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Laguna Carapã</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	29/12/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Maracaju</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (10/06/2041)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	10/06/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Miranda</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (23/09/2044)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	23/09/2014	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Mundo Novo</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2040)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	29/12/2010	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Naviraí</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (21/12/2046)	Não há previsão	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07 - No caso de PPP deverá ter a anuência prévia do Município	Anexo ao contrato - Decreto 6.689/92	21/12/2016	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Nioaque	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - nº 6.689/92	04/11/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Nova Andradina</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana e de expansão urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (27/04/2041)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - Decreto 6.689/92 - Alterações submetidas ao Município	27/04/2011	O contrato prevê que não será cobrado o ramal predial de esgoto ligação de rede coletora até a caixa de inspeção, em rede já existente ou em expansão, que as revisões das metas não poderão reduzir o valor global dos investimentos, nem dilatar os prazos de cumprimento, bem como as obras realizadas com recursos não onerosos não poderão ser deduzidas das metas do contrato

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Paranaíba</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (05/12/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	05/12/2008	Não há



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Paranhos</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (08/03/2042)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	08/03/2012	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Pedro Gomes</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - nº 6.689/92	29/12/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ponta Porã</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (02/04/2042)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - Decreto 6.689/92	02/04/2012	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Porto Murtinho</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (30/05/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	30/05/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07 Qualquer transferência a terceiros de ativos em poder da SANESUL dependerá de prévia autorização do legislativo, sob pena de extinção do contrato	Anexo ao - contrato nº Decreto nº 6.689/92	15/12/2011	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Rio Brilhante</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (29/12/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	29/12/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Rio Negro	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (19/09/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	19/09/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Rio Verde de Mato Grosso</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (11/03/2040)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	11/03/2010	Não há



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
Selvíria	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município, exceto o Bairro Guadalupe do Alto Paraná	30 anos, a contar da assinatura (04/06/2043)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	04/06/2013	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Sidrolândia</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (15/12/2039)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato - nº 6.689/92	15/12/2009	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Tacuru</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (29/05/2042)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	29/05/2012	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Terenos</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (04/11/2038)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 30 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao - contrato - Decreto nº 6.689/92	04/11/2008	Não há

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA	OBSERVAÇÕES
<b>Três Lagoas</b>	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Área urbana do Município	30 anos, a contar da assinatura (11/02/2041)	Admitida, a critério das partes, desde que manifestada pelas partes com antecedência mínima de 180 dias	Possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares, bem como a implantação de projetos associados - Limite ao prazo de vigência do contrato - Regidos pelo Direito Privado, sem relação jurídica de terceiros com o município ou o regulador - Incluídas as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, conforme previsto nas Leis federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.107/05 e 11.445/07	Anexo ao contrato Decreto 6.689/92	11/02/2011	O contrato prevê um “Custo Fixo de Comercialização” de R\$ 2,50

## CONVÊNIO DE CONCESSÃO COM GESTÃO COMPARTILHADA

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Água Clara</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (16/07/2022)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	16/07/2002
<b>Anaurilândia</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (30/10/2023)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	30/10/2003
<b>Aparecida do Taboado</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (05/07/2020)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	05/07/2000
<b>Caarapó</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (16/05/2020)	Ilegível	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	16/05/2000

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Corumbá</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (11/09/2019)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	11/09/1999
<b>Coxim</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (18/03/2024)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	18/03/2004
<b>Dois Irmãos do Buriti</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (18/07/2021)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	18/07/2001
<b>Douradina</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (06/06/2021)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	06/06/2001

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Dourados</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (09/09/2019) - Possibilidade de revisão do convênio a cada 5 anos	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Caso o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul opte pela privatização ou forma similar, prevalece o direito ao Município de realizar processo licitatório nos termos da Lei 8.987/95 e demais legislações em vigor	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	09/09/1999
<b>Fátima do Sul</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (30/03/2020)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	30/mar



MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Figueirão</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (18/04/2025)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	18/04/2005
<b>Iguatemi</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (12/03/2023)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	12/03/2003
<b>Itaquiraí</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (15/03/2021)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	15/03/2001
<b>Japorã</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (22/01/2022)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	22/01/2002

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Juti</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (24/04/2023) - Adequação das cláusulas a cada 10 anos	Admitida, por igual período, a critério das partes	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	37735
<b>Nova Alvorada do Sul</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (30/10/2023)	Não há	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	30/10/2003
<b>Novo Horizonte do Sul</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (28/03/2020)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	28/03/2000
<b>Santa Rita do Pardo</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (04/10/2020)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	04/10/2000

MUNICÍPIO	OBJETO	ÁREA ATENDIDA	PRAZO	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS	REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	DATA DE ASSINATURA
<b>Sete Quedas</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (09/03/2021)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	09/03/2001
<b>Sonora</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (02/06/2023)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	02/06/2003
<b>Taquarussu</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	30 anos, a contar da assinatura (06/08/2034)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	06/08/2004
<b>Vicentina</b>	Implantação, ampliação, administração e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário	Município	20 anos, a contar da assinatura (23/03/2021)	Automática, por igual período, se qualquer das partes não se manifestar em contrário em até 6 meses antes do término da vigência	Não há	Referência ao Decreto Estadual nº 6.689, de 09/09/92	23/03/2001

## **CADERNO 5 - ANEXO II**

# **DIAGNÓSTICO RESUMIDO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE PREVISTAS NA LEI FEDERAL DE SANEAMENTO PERTINENTES AOS MUNICÍPIOS DO PROJETO**

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>1. Água Clara (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>2. Alcinópolis (CP)</b>	Sim	Lei nº 391/2015	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>3. Amambai (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>4. Anastácio (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>5. Anaurilândia (CC)</b>	Sim	Lei Complementar nº 644/2016	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação) * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>6. Angélica (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>7. Antônio João (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>8. Aparecida do Taboado (CC)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>9. Aquidauana (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>10. Aral Moreira (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>11. Bataguassu (CP)</b>	Sim	Lei nº 2.294/2015	Não há	AGEPAN * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação
<b>12. Batayporã (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.043/2013	Conselho Municipal de Saneamento (instituído pela Lei que aprova o PMSB)	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>13. Bodoquena (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>14. Bonito (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.391/2015	Conselho Municipal de Saneamento Básico (instituído pela Lei nº 884/2001)	AGEPAN  *Lei municipal autoriza apenas a gestão associada para a prestação dos serviços  **Designação por ato do Poder Executivo (art. 8º, único, da Lei 1.391/15)	Não temos informação	Não temos informação
<b>15. Brasilândia (CP)</b>	Sim	Lei nº 2.563/2014	Não há	AGEPAN  * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação
<b>16. Caarapó (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN  (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação



MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
17. Camapuã (CP)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
18. Caracol (CP)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
19. Chapadão do Sul (CP)	Sim	Lei nº 1.015/2014 (não foi disponibilizada)	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
20. Coronel Sapucaia (CP)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
21. Corumbá (CC)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
22. Coxim (CC)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
23. Deodápolis (CP)	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>24. Dois Irmãos do Buriti (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>25. Douradina (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>26. Dourados (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>27. Eldorado (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>28. Fátima do Sul (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>29. Figueirão (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>30. Guia Lopes da Laguna (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>31. Iguatemi (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>32. Inocência (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>33. Itaporã (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>34. Itaquiraí (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>35. Ivinhema (CP)</b>	Sim	Não há (a Lei Complementar nº 175/2016 apenas o institui)	Não há	AGEPAN * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação
<b>36. Japorã (CC)</b>	Sim	Lei Complementar nº 30/2014 Decreto municipal nº 950/2014	Conselho Municipal de Saneamento (a ser instituído)	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>37. Jardim (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.721/2014	Conselho Municipal de Saneamento Básico (a ser instituído por Decreto)	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>38. Jateí (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>39. Juti (CC)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>40. Ladário (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	Agência Municipal de Serviços Públicos - AGERLA	Não temos informação	Não temos informação
<b>41. Laguna Caarapã (CP)</b>	Sim	Lei nº 517/2016	Conselho Municipal de Saneamento Básico (instituído pela Lei que aprova o PMSB)	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>42. Maracaju (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>43. Miranda (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>44. Mundo Novo (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>45. Naviraí (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.995/2016	Conselho da Cidade de Naviraí (mencionado pela Lei que aprova o PMSB)	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>46. Nioaque (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>47. Nova Alvorada do Sul (CC)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>48. Nova Andradina (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.299/2013	Não há	AGEPAN * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>49. Novo Horizonte do Sul (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>50. Paranaíba (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>51. Paranhos (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>52. Pedro Gomes (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>53. Ponta Porã (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>54. Porto Murtinho (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>55. Ribas do Rio Pardo (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>56. Rio Brilhante (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>57. Rio Negro (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>58. Rio Verde de Mato Grosso (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>59. Santo Rita do Pardo (CC)</b>	Sim	Lei nº 1.153/2016	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>60. Selvíria (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>61. Sete Quedas (CC)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>62. Sidrolândia (CP)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação



MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>63. Sonora (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>64. Tacuru (CP)</b>	Não realizadas	Não há	Não há	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>65. Taquarussu (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação
<b>66. Terenos (CP)</b>	Sim	Lei nº 1.142/2015	Não há	AGEPAN  * Lei municipal que aprova o PMSB admite delegação da regulação pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro de seus limites	Não temos informação	Não temos informação

MUNICÍPIO	AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICAS DO PMSB	NORMA MUNICIPAL QUE APROVA O PMSB	CONTROLE SOCIAL	DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE REGULADORA E FISCALIZADORA	AUDIÊNCIAS E CONSULTA PÚBLICAS DO CONTRATO DE PROGRAMA	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
<b>67. Três Lagoas (CP)</b>	Sim	Não há (a Lei nº 2.867/2016 apenas institui o PMSB)	Conselho Municipal de Saneamento (a ser instituído)	AGEPAN	Não temos informação	Não temos informação
<b>68. Vicentina (CC)</b>	Sim	Não há	Não há	AGEPAN (sem convênio de cooperação)	Não temos informação	Não temos informação

## **CADERNO 5 - ANEXO III**

### **TABELA CONTENDO DISPOSIÇÕES DAS LEIS ORGÂNICAS DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO QUE MENCIONAM PLANOS DE SANEAMENTO OU PLANOS DE MODO GERAL**

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>1. Água Clara</b>	<p>"Art. 32º A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato que lhe resultar sua criação.</p> <p>§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 55º Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>IX - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 71º Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 72º (...)</p> <p>§ 1º - Caberá a Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal."</p>
<b>2. Alcinoópolis</b>	<p>"Art. 32 - Cabe a Câmara Municipal sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e programas de governo;"</p> <p>"Art. 77 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:</p> <p>XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos e aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;"</p>
<b>3. Amambai</b>	Art. 1º - (...)

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 5º - O planejamento, como método e instrumento de ação racional, compreenderá a elaboração dos Planos e dos Programas de Governo.</p> <p>§ 6º - A execução dos Planos e Programas elaborados serão objeto de permanente coordenação e controle, em todos os níveis administrativos, na forma prevista em lei."</p> <p>"Art. 8º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população e em especial:</p> <p>XII - elaborar e executar estudos, projetos e planos, inclusive diretor, se for o caso, como instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana;"</p> <p>"Art. 12 - Incumbe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, bem como sobre:</p> <p>III - os planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 13 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>VII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, ouvindo previamente o Tribunal de Contas/MS;"</p> <p>"Art. 61 (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual."</p> <p>"Art. 62 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir pareceres sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, criadas de acordo com o Regimento Interno."</p>
4. Anastacio	"Art. 11 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especificamente sobre:

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>IV - planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 20 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma da lei e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato que resultar sua criação.</p> <p>§1º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 47 - Compete, privativamente, ao Prefeito:</p> <p>VII - comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 61 (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 62 (...)</p> <p>§ 1º - Caberá a Comissão Permanente de Finanças:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, criadas de acordo com o art. 20, §2º."</p>
<p><b>5. Anaurilândia</b></p>	<p>"Art. 34º - Cabe à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;"</p> <p>"Art. 50º (...)</p> <p>§ 1º - As comissões permanentes em razão da matéria e de sua competência cabe:</p> <p>V - apreciar programas de obras do Plano Municipal e emitir pareceres;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>“Art. 90º Compete privativamente ao Prefeito Municipal:</p> <p>VI - remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 147º - (...)</p> <p>§ 4º - Os Planos e programas municipais, distritais de bairros, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual, e apreciados pela Câmara Municipal.”</p>
<p><b>6. Angélica</b></p>	<p>“ART. 16 - Compete ao Poder Legislativo, com sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, em especial sobre:</p> <p>IV - os Planos e os Programas de Desenvolvimento Integrado do Município;”</p> <p>“ART. 105 - Os projetos de leis relativos ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados especificamente pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, sem que prejudique a atuação das demais comissões, a qual caberá:</p> <p>II- examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos;”</p>
<p><b>7. Antonio João</b></p>	<p>“Art. 16 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 17, II, dispor sobre todas as matérias de competência do município especialmente sobre:</p> <p>III - Planos e programas municipais de desenvolvimento;”</p> <p>“Art. 17 - É de competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>VIII - Julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, com os devidos comprovantes de arrecadação e despesas e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;”</p> <p>“Art. 27 - (...)</p> <p>§ 2º - Às comissões em razão da matéria de sua competência cabe:</p> <p>VI - Apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 36 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual a apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 50 - Compete privativamente, ao Prefeito na forma e limites desta lei orgânica:</p> <p>VII - Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 69 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual a apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 70 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à comissão permanente de finanças:</p> <p>Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal criadas de acordo com o artigo 27."</p>
<p><b>8. Aparecida do Taboado</b></p>	<p>"Art. 15 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 16, II, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 16. É da competência exclusiva da Câmara Municipal.</p> <p>VI - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;"</p> <p>"Art. 25 - (...)</p> <p>§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p>



MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 47. Ao Prefeito compete privativamente:</p> <p>VII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do município e solicitando providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 67 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual a apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 68 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal."</p>
<p><b>9. Aquidauana</b></p>	<p>"Art. 34 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XIX - aprovação do Plano Direito e demais Planos e Programas de Governo;"</p> <p>"Art. 130 - Os projetos de leis relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem com os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças a qual caberá:</p> <p>II- examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da situação das demais Comissões da Câmara;"</p>
<p><b>10. Aral Moreira</b></p>	<p>"Art. 30 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 32, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:</p> <p>XV - aprovação dos planos e programas do Governo;"</p> <p>"Art. 41 - (...)</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 109 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta lei serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 110 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta lei e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 119 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;</p> <p>II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos;</p> <p>III - complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;</p> <p>IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;</p> <p>V - respeito e adequação à realidade local e regional, e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes."</p> <p>"Art. 120 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do governo municipal, obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no espaço de tempo necessário."</p> <p>"Art. 121 - O planejamento das atividades do governo municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, dentre outros, dos seguintes instrumentos:</p> <p>VII - planos e, programas e projetos setoriais;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>11. Bataguassu</b>	<p>"Art. 111 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá;</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;"</p>
<b>12. Batayporã</b>	<p>"Art. 12 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>IV - planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 21 - (...)</p> <p>§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 47 - Compete, privativamente, ao Prefeito:</p> <p>VII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 73 - (...)</p> <p>§ 5º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 74 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 21."</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>13.Bodoquena</b>	<p>"Art. 23 - (...)</p> <p>§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VII - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento no âmbito do Município e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 47 - Compete ao Prefeito:</p> <p>VIII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa anual, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>Art. 83 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;</p> <p>II - eficiência na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;</p> <p>III - complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;</p> <p>IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;</p> <p>V - respeito e adequação à realidade local e regional, e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes."</p> <p>"Art. 84 - O planejamento das atividades do governo municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e compor-se-á da elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos, entre outros:</p> <p>II - plano de governo;</p> <p>Parágrafo único - Os instrumentos de planejamento municipal, mencionados neste artigo, deverão incorporar as propostas constantes dos planos e programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local."</p> <p>"Art. 98 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais serão executados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 100 - (...)</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 1º - Caberá à Comissão da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar, emitindo o respectivo parecer, os planos de programas municipais; acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal."</p>
<b>14. Bonito</b>	<p>"Art. 128. Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias, ao plano plurianual e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, a qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentárias sem prejuízos de atuação das demais Comissões da Câmara."</p>
<b>15. Brasilândia</b>	<p>"Art. 12 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 13 XI, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento,"</p> <p>"Art. 13 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>VI - julgar trimestralmente e anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 21 - (...)</p> <p>§ 2.º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 44 - Compete, privativamente, ao Prefeito:</p> <p>VII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 62 - (...)</p> <p>§ 4.º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciadas pela Câmara Municipal."</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 63 - (...)</p> <p>§ 1.º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal."</p>
<p><b>16.Caarapó</b></p>	<p>"Art. 57. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>VIII - os planos e os programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 58. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>XIV - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;"</p> <p>"Art. 80. (...)</p> <p>§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art.114. Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>IX - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 144. (...)</p> <p>§ 3º Os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com a plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 146. (...)</p> <p>§ 1º Caberá à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal:</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, criadas de acordo com o art. 80."
<b>17. Camapuã</b>	<p>"Art. 21. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 22, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:</p> <p>XV - aprovação do plano diretor e demais planos e programas de governo;"</p> <p>"Art. 22. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>IX - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 33. (...)</p> <p>§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 69 Compete privativamente ao Prefeito Municipal:</p> <p>X - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 103 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:</p> <p>§ 4º Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 104. (...)</p> <p>§ 1º Caberá a uma Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, distritais, bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal."</p>
<b>18. Caracol</b>	"Art. 41. (...)

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 4º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 78 Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>XIV - remeter mensagem e plano de Governo à Câmara, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;"</p> <p>"Art. 128". (...)</p> <p>§ 4º Os planos e programas setoriais previstos serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p>
<p><b>19. Chapadão do Sul</b></p>	<p>"Art. 27. Cabe a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especificamente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais planos e programas de governo;"</p> <p>"Art. 114. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização, à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara."</p>
<p><b>20. Coronel Sapucaia</b></p>	<p>"Art. 14 - Incumbe a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere:</p> <p>XX - a aprovação de planos e programas de governo."</p> <p>"Art. 15 - Compete a Câmara Municipal, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:</p> <p>V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 31 - (...)</p>



MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 2º. - As Comissões, em razão da matéria de sua competência incumbe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras e planos e, sobre eles emitir parecer;"</p> <p>"Art. 69 - Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>IX - remeter mensagem e plano de governo a Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessária;"</p> <p>"Art. 104 - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados no prazo legal pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 107 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 143 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;</p> <p>II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros técnicos e humanos disponíveis;</p> <p>III - complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;</p> <p>IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;</p> <p>V - respeito e adequação à realidade local e regional, e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes."</p> <p>"Art. 144 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal, obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no espaço de tempo necessário."</p> <p>"Art. 145 - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, dentre outros, dos seguintes instrumentos:</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>II - plano de governo;"</p> <p>"Art. 146 - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior, deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, consideradas as suas implicações para o desenvolvimento local."</p>
<b>21. Corumbá</b>	<p>"Art. 42 Cabe à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;"</p> <p>"Art. 132 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, ao orçamento anual e à Lei de Diretrizes Orçamentária bem com os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara."</p> <p>"Art. 152 No estabelecimento das diretrizes e normas sobre desenvolvimento urbano, e na elaboração do Plano Diretor, serão asseguradas:</p> <p>II - a coerência das normas, dos planos e programas municipais, com os planos e programas estaduais da bacia ou região hidrográfica, de cuja elaboração participar o município;"</p>
<b>22. Coxim</b>	<p>"Art. 32 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de governo;"</p> <p>"Art. 137 - Os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, bem como os Créditos Adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças a qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir o Parecer sobre os Planos e Programas de Investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>23.Deodápolis</b>	<p>"Artigo 31º - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI -- aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas do Governo;"</p> <p>"Artigo 125º - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara."</p>
<b>24.Dois Irmãos do Buriti</b>	<p>"Artigo 27 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito não exigida esta para o especificado nos artigos 28 e, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Artigo 37 - (...)</p> <p>§ 1º. - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"Art. 81 - (...)</p> <p>§ 4º - os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal."</p>
<b>25.Douradina</b>	<p>"Artigo 17 - Compete ao Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, em especial sobre:</p> <p>IV - os Planos e Programas de Desenvolvimento Integrado do Município;"</p> <p>"ART. 113 - Os projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, o Orçamento Anual e as Diretrizes Orçamentárias, bem como os créditos adicionais serão apreciados especificamente pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, sem que prejudique a atuação das demais comissões, a qual caberá:</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos."
<b>26.Dourados</b>	<p>"Art. 17 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado nos artigos 18, 45, 72 e 73, deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - os planos e os programas municipais de desenvolvimento integrado;</p> <p>IV - o plano de governo e o plano de desenvolvimento urbano e físico-territorial do Município;"</p> <p>"Art. 18 - Compete privativamente à Câmara Municipal:</p> <p>VII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 33 - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras e planos a serem implementados por entidades públicas em nível municipal."</p> <p>"Art. 134 - Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias ao plano plurianual e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão de Finanças e Orçamento, à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara."</p>
<b>27.Eldorado</b>	<p>"Art. 1º</p> <p>§ 5º - O planejamento como método e instrumento de ação racional, compreenderá a elaboração dos planos e dos programas de governo.</p> <p>§ 6º - A execução dos planos e programas elaborados serão objeto de permanente coordenação e controle, em todos os níveis administrativos, na forma prevista em lei."</p> <p>"Art. 9º - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, e em especial:</p> <p>XII - elaborar e executar estudos, projetos e planos, inclusive diretor, se for o caso, como instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 13 - Incube a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, bem como sobre:</p> <p>III - os planos e programas municipais de desenvolvimento;</p> <p>XVII - aprovação do Plano Diretor e demais planos e programas governo;"</p> <p>"Art. 60 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual."</p> <p>"Art. 61 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Economia Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir pareceres sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previsto neta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal, criadas de acordo com o Regimento Interno."</p>
<b>28.Fátima do Sul</b>	<p>"Art. 11 Compete ao Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>IV. Os planos e os programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 89. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, à qual caberá:</p> <p>II. Examinar e emitir parecer sobre os planos e os programas de investimentos, exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação nas demais comissões da Câmara."</p>
<b>29.Figueirão</b>	<p>"Art. 8º. Ao Município compete, privativamente:</p> <p>IX - elaborar os planos diretores de desenvolvimento urbano, <u>de saneamento básico</u> e de proteção ambiental;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 56. Os assuntos de competência do Município, sobre os quais cabe a Câmara Municipal deve dispor, com a sanção do Prefeito, são especialmente:</p> <p>III - planejamento urbano: planos diretores, em especial planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo;"</p> <p>Art. 58. (...)</p> <p>§ 2º. Às comissões, em razão de sua competência, caberá:</p> <p>V - apreciar ou emitir parecer sobre programas de obras e planos de desenvolvimento."</p> <p>"Art. 76. São objetos de lei complementar os códigos, o regime jurídico dos funcionários públicos municipais, as leis dos planos diretores, bem como outras matérias previstas nesta Lei Orgânica;"</p> <p>"Art. 127. Os planos que expressam a política de desenvolvimento econômico do Município terão o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a geração de empregos, a distribuição eqüitativa da riqueza produzida, a preservação do meio ambiente, o uso da propriedade fundiária segundo sua função social e o desenvolvimento social e econômico."</p> <p>"Art. 137. O Município elaborará política de desenvolvimento comercial, industrial e de serviços, mediante planos, projetos e outras medidas que visem ao incentivo e apoio daquelas atividades."</p> <p>"Art. 202. São instrumentos do desenvolvimento urbano, a serem definidos em lei.</p> <p>I - os planos diretores;"</p> <p>"Art. 209. São objetivos gerais do planejamento do desenvolvimento, em consonância com a legislação federal e estadual:</p> <p>I - promover a ordenação do crescimento do Município em seus aspectos físicos, econômicos e sociais, culturais e administrativos;</p> <p>II - aproveitar plenamente os recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários;</p> <p>III - atender às necessidades e carências básicas da população quanto às funções de habitação, trabalho, lazer e cultura, circulação, saúde, abastecimento e convívio com a natureza;</p> <p>IV - proteger o meio ambiente e preservar o patrimônio paisagístico e cultural do Município;</p> <p>V - integrar a ação municipal com a dos órgãos e entidades federais, estaduais e com a comunidade;</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>VI - incentivar a participação comunitária no processo de planejamento;</p> <p>VII - ordenar o uso e ocupação do solo em consonância com a função social da propriedade.”</p> <p>”Art. 3º. No prazo de um ano da promulgação desta Lei Orgânica, o Município iniciará a elaboração dos planos diretores que nortearão as diretrizes de desenvolvimento equilibrado e sustentável, <u>de saneamento básico</u> e de proteção ambiental.”</p>
<p><b>30. Guia Lopes da Laguna</b></p>	<p>”Art. 30 - Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art. 31 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>IX - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;”</p> <p>”Art. 119 - Os projetos de lei relativa ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.”</p>
<p><b>31. Iguatemi</b></p>	<p>”Art. 32- Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programa de governo;”</p> <p>”Art. 114 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo Municipal.”</p>
<p><b>32. Inocência</b></p>	<p>”Art. 43 Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>V - apreciar programas de obras e planos setoriais de desenvolvimento local e sobre eles emitir parecer.”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>"Art. 155 Os planos integrantes do processo de planejamento fornecerão as orientações e diretrizes a serem obedecidas normativamente pelos diversos setores do Poder Público atuantes no Município e as indicações para as ações do setor privado no sentido de seu desenvolvimento.</p> <p>§1º Integram o processo de planejamento os seguintes planos:</p> <p>II - planos específicos, assim entendidos aqueles que abordam ou dispõem sobre campos ou temas precípuos da realidade do Município e que se classificam nas categorias:</p> <p>a) planos setoriais, referidos aos setores técnicos segundo os quais se organiza a ação do Poder Público;</p> <p>§2º Os planos vinculam os atos dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta."</p> <p>"Art. 157 São instrumentos de implantação dos planos integrantes do processo de planejamento permanente do Município, devendo, obrigatoriamente, com estes guardar compatibilidade:</p> <p>IV - os programas de obras e prestação de serviços municipais de infraestrutura e sociais;</p> <p>§4º Lei complementar ordenará e disciplinará o processo de planejamento do Município e a participação da população neste processo, devendo dispor, sem prejuízo de outros eventualmente pertinentes, sobre os seguintes assuntos:</p> <p>I - competência, organização, integração e participação da Administração e da população no sistema de planejamento;</p> <p>II - funções e conteúdos mínimos ou típicos dos planos das diferentes categorias que integram o processo de planejamento;</p> <p>III - regime de planejamento, abrangendo a vigência dos planos e a sistemática de sua elaboração, discussão e encaminhamento à aprovação, assegurada nesta sistemática a participação direta da população."</p>
33.Itaporã	<p>"Art. 32º - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação de Planos e Programas de Governo;"</p> <p>"Art. 127º - Os projetos de Lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciadas pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, à qual caberá:</p>



MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara."
<b>34. Itaquiraí</b>	<p>"Art. 17 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificados no arts. 18 e 30, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>IV - planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p> <p>"Art. 18 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:</p> <p>VIII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 26 - (...)</p> <p>§ 1º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos Municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p> <p>"ART. 67 - (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal;"</p> <p>"Art. 68 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atualização das demais comissões da Câmara Municipal criadas de acordo com o Artigo 26."</p>
<b>35. Ivinhema</b>	<p>"Art. 125 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual e os critérios adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara."</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>36. Japorã</b>	<p>"Art. 14 - Incumbe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere:</p> <p>XX - a aprovação de planos e programas de governo."</p> <p>"Art. 15 - Compete a Câmara Municipal, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:</p> <p>V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;"</p> <p>"Art. 31 - (...)</p> <p>§ 2º. - As Comissões, em razão da matéria de sua competência incumbe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras e planos e, sobre eles emitir parecer;"</p> <p>"Art. 69 - Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>IX - remeter mensagem e plano de governo a Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessária;"</p> <p>"Art. 104 - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados no prazo legal pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 107 - (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal."</p> <p>"Art. 153 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;</p> <p>II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros técnicos e humanos disponíveis;</p> <p>III - complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;</p> <p>V - respeito e adequação à realidade local e regional, e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.”</p> <p>“Art. 154 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal, obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no espaço de tempo necessário.”</p> <p>“Art. 155 - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, dentre outros, dos seguintes instrumentos:</p> <p>I - plano diretor;</p> <p>II - plano de governo;</p> <p>III - lei de diretrizes orçamentárias;</p> <p>IV - orçamento anual;</p> <p>V - plano plurianual.”</p> <p>“Art. 156 - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior, deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, consideradas as suas implicações para o desenvolvimento local.”</p>
<b>37. Jardim</b>	<p>Art. 33 - Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art. 130 - Os projetos de leis relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados especificamente pela Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>38. Jateí</b>	<p>"Artigo 16 - Compete ao Poder Legislativo, com sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município em especial sobre:</p> <p>IV - os Planos e os Programas de Desenvolvimento Integrado do Município;"</p> <p>"Artigo 105 - Os projetos de leis relativos ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados especificamente pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, sem que prejudique a atuação das demais comissões, a qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos;"</p>
<b>39. Juti</b>	<p>"Artigo 56 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>VIII- planos e programas municipais de desenvolvimento;"</p>
<b>40. Ladário</b>	<p>"Art. 17 - Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o disposto no art. 9º, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:</p> <p>XV - aprovação do plano diretor e demais planos e programas de governo;"</p> <p>"Art. 36 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno, ou no ato de que resultar sua criação.</p> <p>§ 2º - Às comissões, em razão das matérias de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais, regionais ou setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer."</p>
<b>41. Laguna Caarapã</b>	<p>"Art. 8º. Ao Município cabe exercer, privativamente, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual, e especialmente:</p> <p>V - elaborar e executar planos de desenvolvimento;"</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>“Art. 24. Cabe à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 25, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento;</p> <p>XXIII - Plano diretor, código de postura, código de obras públicas e demais planos e programas de governo; “</p> <p>“Art. 31. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.</p> <p>§ 2º. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p> <p>“Art. 86 (...)</p> <p>§ 4º. Os planos e programas municipais, previstos na Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 92. O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num projeto de planejamento, de caráter permanente, descentralizado e participativo, como instrumento de democratização da gestão da cidade, de estruturação da ação executiva e orientação da ação dos particulares.</p> <p>§ 1º. Considera-se processo de planejamento, a definição de objetivos determinados em função da realidade local e da manifestação da população, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.</p> <p>§ 2º. Os planos integrantes do processo de planejamento deverão ser compatíveis entre si e seguir as políticas gerais e setoriais segundo as quais o Município organiza sua ação.</p> <p>§ 3º. É assegurada a participação direta dos cidadãos, em todas as fases do planejamento municipal, na forma da lei, através das suas instâncias de representação, entidades e instrumentos de participação popular.</p> <p>§ 4º. Lei disciplinará a realização, a discussão, o acompanhamento da implantação, a revisão e atualização dos planos integrantes do processo de planejamento.”</p> <p>“Art. 93. Integram o processo de planejamento os seguintes planos:</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>III - os planos específicos.”</p> <p>“Art. 94. Os planos vinculam os atos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.</p> <p>Parágrafo único. A lei disporá sobre os procedimentos e meios necessários à vinculação dos atos da administração, aos planos integrantes do processo de planejamento.”</p> <p>“Art. 97 (...)</p> <p>Parágrafo único. O Município formulará o <u>Plano Municipal de Saneamento Básico</u> e participará, isoladamente, ou em consórcio com outros Municípios da mesma bacia hidrográfica, constituindo-se o sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos.”</p>
42.Maracaju	<p>“Art. 14. Cabe à Câmara Municipal com sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:</p> <p>XX - aprovação de planos e programas de governo.”</p> <p>“Art. 31. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.</p> <p>§ 2º As Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:</p> <p>VI – apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;”</p> <p>“Art. 104. Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 153. O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>III – complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;”</p> <p>“Art. 154. A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão as diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.”</p>
43.Miranda	<p>“Art.144. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 4º - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 146 (...)</p> <p>§ 1º - Caberá à Comissão designada:</p> <p>I - examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem como sobre as contas apresentadas pelo Prefeito;”</p>
<p><b>44.Mundo Novo</b></p>	<p>“Art. 16 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 17, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento;”</p> <p>“Art. 26 - (...)</p> <p>§ 2.º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimentos e sobre eles emitir parecer.”</p> <p>“Art. 70 (...)</p> <p>§ 4.º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 71 (...)</p> <p>§ 1.º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal.”</p>
<p><b>45.Naviraí</b></p>	<p>“Art. 36. Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XII - Aprovação do plano diretor e demais planos e programas de governo;”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>“Art. 129. (...)”</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, regionais e setoriais previstos na Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 130. (...)”</p> <p>§ 1º - Caberá a Comissão de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.”</p> <p>“Art. 138. O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num processo de planejamento, de caráter permanente, descentralizado e participativo, como instrumento de democratização da gestão da cidade, de estruturação da ação do executivo e orientação da ação dos particulares.</p> <p>§ 1º - Considera-se o processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local e da manifestação da população, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.</p> <p>§ 2º - Os planos integrados do processo de planejamento deverão ser compatíveis entre si e seguir as políticas gerais e setoriais segundo as quais o Município organiza sua ação.</p> <p>§ 3º - É assegurada a participação direta dos cidadãos, em todas as fases do planejamento municipal, na forma de lei, através de suas instâncias de representação, entidades e instrumentos de participação popular.</p> <p>§ 4º - Lei disciplinará a realização, a discussão, o acompanhamento da implantação, a revisão e atualização dos planos integrantes do processo de planejamento.”</p> <p>“Art. 139. Integram o processo de planejamento os seguintes planos:</p> <p>I - o Plano Diretor, de elaboração e atualização obrigatórias, nos termos da Constituição da República;</p> <p>II - o plano plurianual;</p> <p>III - os planos setoriais, regionais, locais e específicos.</p> <p>§ 1º - Os planos vinculam os atos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.</p>



MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	§ 2º - A lei disporá sobre os procedimentos e meio necessários à vinculação dos atos da administração aos planos integrantes do processo de planejamento.”
<b>46.Nioaque</b>	<p>“Art.36 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art.130 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.”</p>
<b>47.Nova Alvorada do Sul</b>	<p>“Art. 79. (...) ”</p> <p>§ 3º. Os planos e programas serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciado pelo Poder Legislativo.”</p>
<b>48.Nova Andradina</b>	<p>“Art. 135. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, ao orçamento anual, às diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais serão apreciados pela comissão permanente de orçamento e finanças à qual caberá:</p> <p>II. examinar e emitir sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.”</p> <p>“Art. 150. O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>I. democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;</p> <p>II. eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis ;</p> <p>III. complementariedade e integração de política, planos e programas setoriais ;</p> <p>IV. viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;</p> <p>V. respeito e educação à realidade local e regional em consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>“Art. 151. A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito.”</p> <p>“Art. 152. O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Plano Diretor;</li> <li>II. Plano do Governo;</li> <li>III. Lei de Diretrizes Orçamentárias;</li> <li>IV. Orçamento Anual;</li> <li>V. Plano Plurianual.”</li> </ul> <p>“Ar. 153. Os instrumentos de planejamento municipal, mencionados no artigo anterior, deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.”</p>
<p><b>49.Novo Horizonte do Sul</b></p>	<p>“Art. 15. Incumbe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:</p> <p>XVIII - dispor sobre planos e programas municipais de desenvolvimento;”</p> <p>“Art. 102. Os projetos de lei relativo ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual bem como os critérios adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, à qual caberá:</p> <p>I - examinar e emitir parecer sobre os planos e os programas de investimentos, exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação nas demais comissões da Câmara.”</p>
<p><b>50.Paranaíba</b></p>	<p>“Art. 22. Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente:</p> <p>XV - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, de expansão urbana e os demais planos e programas municipais;”</p> <p>“Art. 47(...)</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: “</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;”</p> <p>“Art. 180 (...)</p> <p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 252. O Município, nos limites de sua competência, instituirá, por lei, seu <u>plano de saneamento</u>, estabelecendo, em cooperação com a União e o Estado, as diretrizes e os programas para as ações nesse campo, as quais deverão prever a utilização racional da água, do solo e do ar, de modo compatível com a preservação e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, da saúde pública e do meio ambiente e com a eficiência e eficácia dos serviços públicos de saneamento.</p> <p>Parágrafo único - As ações planejadas do Município no campo do saneamento atenderão, entre outros, os seguintes objetivos:</p> <p>I - extensão do abastecimento de água potável a toda a população do Município;</p> <p>II - extensão da rede de esgoto domiciliares a toda a população das zonas urbanas do Município;</p> <p>III - tratamento adequado dos esgotos domiciliares e industriais;</p> <p>IV - destinação adequada ao lixo domiciliar e hospitalar e aos rejeitos industriais.”</p>
51. Paranhos	<p>“Art. 13 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigido esta para o especificado nos artigos 17 e 28, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>III - planos e programas municipais de desenvolvimento;”</p> <p>“Art. 25 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resulta sua criação.</p> <p>§ 1º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p> <p>“Art. 63 (...)</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previsto nessa Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 64 (...)</p> <p>§ 1º - Caberá a uma Comissão da Câmara Municipal:</p> <p>I - examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, distritais, de bairros e regionais, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal;”</p>
<b>52. Pedro Gomes</b>	<p>“Art. 38 - Cabe a Câmara Municipal, com a Sanção do Prefeito dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais planos e programas de governo;”</p>
<b>53. Ponta Porã</b>	<p>“Art. 165 - O planejamento municipal será realizado, na forma da lei, pela secretaria municipal, que sistematizará as informações básicas, coordenará os estudos, elaborará os planos e projetos relativos ao plano diretor e supervisionará a sua implantação.”</p> <p>“Art. 180 - Será elaborado <u>programa anual de saneamento básico</u>, de responsabilidade do poder público municipal, com auxílio do Estado e da União.</p> <p>Parágrafo único - Nos planos sob responsabilidade do poder público municipal, devem constar metas e dotações orçamentárias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.”</p>
<b>54. Porto Murtinho</b>	<p>“Art. 30 - Cabe a Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, exceto no que for de sua exclusiva competência, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art. 43 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar a sua criação.</p> <p>§ 3º - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>“Art. 84 - Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>XIV - remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgarem necessárias;”</p> <p>“Art. 139 (...)</p> <p>§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas da administração Municipal para as despesas de capital e outros planos e outros delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.”</p>
<b>55. Ribas do Rio Pardo</b>	<p>“Art. 30 - Cabe a Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, exceto no que for de sua exclusiva competência, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p>
<b>56. Rio Brilhante</b>	<p>“Art. 77. Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>XIV - remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 138 (...)</p> <p>§4º Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p>
<b>57. Rio Negro</b>	Não há.
<b>58. Rio Verde do Mato Grosso</b>	<p>“Art. 27 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art. 120 - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual são elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciadas pela Câmara Municipal.”</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
<b>59.Santa Rita do Pardo</b>	<p>“Art. A Câmara terá comissões permanentes e especiais na forma prevista em seu Regimento Interno.</p> <p>§ 1º. Às Comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VIII - apreciar programas de obras e planos setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p>
<b>60.Selvíria</b>	<p>“Art. 31. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do plano diretor e demais planos e programas do Governo;”</p>
<b>61.Sete Quedas</b>	<p>“Art. 25. Compete a Câmara Municipal, com a sanção de o Prefeito dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais plano e programas de governo;”</p> <p>“Art. 35 (...)</p> <p>§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p>
<b>62.Sidrolândia</b>	<p>“Art. 29. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;”</p> <p>“Art. 70. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:</p> <p>XXIII - apresentar mensagem e plano de governo a Câmara e solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 164 - C. A formulação da <u>política de saneamento básico</u>, a definição de estratégias para sua implementação, o controle e a fiscalização dos serviços e a avaliação do desempenho das instituições públicas serão de responsabilidade do executivo municipal, a ser definido por lei.</p>

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	Parágrafo único. Caberá ao Município, consolidado o planejamento da concessionária de nível supramunicipal, elaborar o seu <u>Plano Plurianual de Saneamento Básico</u> , na forma da lei.”
<b>63.Sonora</b>	<p>“Art. 22 - Cabe a Câmara, com sanção do Prefeito, discutir sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:</p> <p>XIX - aprovar o Plano Diretor e demais planos e programas do governo Municipal;”</p> <p>“Art. 23 - É da competência privativa da Câmara, além de outras atribuições previstas nessa Lei Orgânica:</p> <p>XXV - tomar e julgar, anualmente as contas prestadas pela mesa da Câmara Municipal e pelo Prefeito, e apreciar o relatório sobre a execução dos Planos de Governo;”</p> <p>“Art. 43 - As Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência cabe:</p> <p>VI - apreciar programas de obras, plano nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento local e sobre eles emitir parecer.”</p> <p>“Art. 65 - Compete, privativamente, ao Prefeito, além de outras atribuições previstas em lei:</p> <p>VIII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 192 - Fica assegurado a todo cidadão, bem como a qualquer entidade associativa, o direito a obtenção de informações detalhadas do Serviço Público, sobre planos, projetos, investimentos, custos, desempenho e demais aspectos pertinentes a sua execução.”</p>
<b>64.Tacuru</b>	<p>“Art. 30 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:</p> <p>XIII - aprovar plano diretor e demais planos de governo;”</p>
<b>65.Taquarussu</b>	<p>“Art. 57 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:</p> <p>XIV - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;”</p>
<b>66.Terenos</b>	”Art. 15. Compete à Câmara Municipal, privativamente entre outras atribuições:

MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>V - julgar as contas anuais do Município e apresentar relatórios sobre a execução dos planos de Governo;”</p> <p>“Art. 31. A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Especiais constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no Ato de que resultar a sua criação.</p> <p>§ 2º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:</p> <p>VI - apreciar programa de obras e planos e sobre eles emitir parecer;”</p> <p>“Art. 69. Compete privativamente ao Prefeito:</p> <p>IX - remeter mensagens e plano de governo a Câmara Municipal por ocasião da abertura de Sessão Legislativa, expondo a situação do Município solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 154 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:</p> <p>III - complementação e integração de políticas, planos e programas setoriais;</p> <p>V - respeito e adequação à realidade local e regional em consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.”</p> <p>“Art. 155 - A elaboração e execução dos planos e dos programas do governo Municipal obedecerão as diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento a avaliação permanentes, de modo à garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.”</p> <p>“Art. 156 - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá as diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada entre outros dos seguintes instrumentos:</p> <p>II - Plano de governo;”</p> <p>“Art. 157 - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.”</p>
<b>67.Três Lagoas</b>	<p>“Art. 22 - A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.</p> <p>§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:</p>



MUNICÍPIO	PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA ACERCA DO PMSB
	<p>VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.”</p> <p>“Art. 43 - Compete, privativamente ao Prefeito:</p> <p>VIII - remeter mensagem e Plano de Governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;”</p> <p>“Art. 58 - (...)</p> <p>§ 4º Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.”</p> <p>“Art. 59 - Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:</p> <p>II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal.”</p>
<b>68.Vicentina</b>	<p>“Art. 16 - Compete ao Poder Legislativo, com sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, em especial sobre:</p> <p>IV - os Planos e os Programas de Desenvolvimento Integrado do Município;”</p>

## **CADERNO 5 - ANEXO IV**

### **MINUTAS DE NORMAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO ASSOCIADA**

## **MINUTA DE LEI ESTADUAL AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA**

### **PROJETO DE LEI Nº [COMPLETAR], DE [COMPLETAR].**

Autoriza o Poder Executivo Estadual a celebrar convênio com os Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul para a gestão associada da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nesses Municípios, na forma que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a celebrar convênio de cooperação com os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul com a finalidade de estabelecer e regulamentar a gestão associada para a regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no território do Município, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e de acordo com o disposto na Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005 e na Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

**Art. 2º** A gestão associada de que trata o art. 1º será exercida por meio de delegação, na forma de contrato de programa, à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, sociedade de economia mista, criada pelo Decreto nº 71, de 26 de janeiro de 1979, em conformidade com o disposto nas Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.107, de 6 de abril de 2005 e 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**§ 1º.** O prazo de vigência do contrato de programa de que trata o *caput*, será de [completar] anos contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até igual período, mediante acordo entre as partes.

**Art. 3º** Ficam ratificados todos os convênios de cooperação e contratos de programa firmados pelo Estado do Mato Grosso do Sul e pela SANESUL com os Municípios do Estado, que tenham por objeto a gestão associada para a regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, estando o Estado autorizado a prorrogar o prazo de vigência desses instrumentos desde que tal prazo não ultrapasse o limite de 40 (quarenta) anos contados da publicação desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande, [data]

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**MINUTA DE LEI MUNICIPAL PRORROGANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**  
**DE PROGRAMA**

**[A SER UTILIZADA PARA MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM LEI QUE AUTORIZA A**  
**GESTÃO ASSOCIADA E QUE NÃO PREVÊ A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO**  
**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E DO CONTRATO DE PROGRAMA]**

**PROJETO DE LEI Nº [COMPLETAR], DE [COMPLETAR].**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar o prazo de vigência do convênio de cooperação e do contrato de programa relativos à gestão associada para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL no Município de [completar], previsto na Lei nº [completar], de [completar], e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR],

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante acordo entre as partes, prorrogar, por até igual período, os prazos de vigência do convênio de cooperação firmado com o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem por objeto a regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e do respectivo contrato de programa, que tem por objeto a delegação dos referidos serviços à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL em seu território, previsto no art. [completar] da Lei nº [completar], de [completar].

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

[Município], [data]  
PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR]

## **MINUTA DE LEI MUNICIPAL AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA**

### **[A SER UTILIZADA PARA MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CONVÊNIOS DE CONCESSÃO E QUE NÃO POSSUEM LEI QUE AUTORIZA A GESTÃO ASSOCIADA - MODELO (COM ALGUMAS ADAPTAÇÕES) ADOTADO PELOS MUNICÍPIOS DO ESTADO]**

#### **PROJETO DE LEI Nº [COMPLETAR], DE [COMPLETAR].**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado do Mato Grosso do Sul para a gestão associada da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, na forma que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR],

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica o Município autorizado a estabelecer com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a gestão associada para a prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em seu território, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme o disposto no artigo 241 da Constituição Federal.

**Art. 2º** A gestão associada com o Estado do Mato Grosso do Sul para a prestação dos serviços de saneamento básico no Município será exercida por meio de delegação pelo Município:

I - na forma de convênio de cooperação, ao Estado do Mato Grosso do Sul, na forma de convênio de cooperação;

II - na forma de contrato de programa, à EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL, Sociedade de Economia Mista, criada pelo Decreto nº 71, de 26 de janeiro de 1979, em conformidade com o disposto nas Leis 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.107, de 6 de abril de 2005 e 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º. O contrato de programa de que trata este art. 2º desta Lei será automaticamente extinto caso se verifique o disposto no art. 13, § 6º, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 1995.

**Art. 3º** A gestão associada com o Estado para o exercício das funções de organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico no Município será exercida por meio de delegação, na forma de convênio de cooperação, ao (à):

I - GOVERNO DO ESTADO, para o exercício de funções de cooperação na organização e planejamento; e

II - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPAN, para o exercício das funções de regulação e fiscalização.

**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, abrangendo o conjunto de serviços, infraestruturas, instalações operacionais e atividades relacionadas à:

I - captação, adução, tratamento de água bruta, reservação e distribuição de água tratada;

II - incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição;

III - coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e

IV - tratamento e destinação final dos lodos e de outros resíduos resultantes dos processos de tratamento.



## **CAPÍTULO II**

### **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Art. 5º** Para atender ao disposto no art. 2º, visando o interesse público, a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico, o Município delegará a sua prestação à EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL, por meio de contrato de programa, nos termos do inciso XXVI do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**§ 1º** O prazo de vigência do contrato de programa será de 40 (quarenta) anos, verificados os requisitos de validade dispostos no art. 11 da Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e de seu regulamento.

**§ 2º** Durante a vigência do contrato de programa, os imóveis ocupados pela SANESUL ficarão isentos de qualquer tributo municipal.

## **CAPÍTULO III**

### **DA REGULAÇÃO**

**Art. 6º** O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

- I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira;
- II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade nas decisões;
- III - estabelecimento de padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- IV - garantia do cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- V - homologação das tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

**Art. 7º** Para atender ao disposto no art. 6º, visando o interesse público e a adequada regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, o Município

delegará a execução dessas funções à AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPAN, por meio de convênio de cooperação.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ASPECTOS TÉCNICOS**

**Art. 8º** O Município exigirá a ligação obrigatória de toda edificação permanente urbana, situada em logradouros que disponham de serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica.

**Parágrafo único.** A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá se alimentada por outras fontes.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Município], [data]  
PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR]

**MINUTA DE LEI MUNICIPAL AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA PARA A  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**[A SER UTILIZADA NO MUNICÍPIO DE BONITO]**

**PROJETO DE LEI Nº [COMPLETAR], DE [COMPLETAR].**

Altera a Lei nº 1.388, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a autorização para delegação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR],

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica ratificado o convênio de cooperação firmado pelo Estado do Mato Grosso do Sul e pela AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPAN com o Município, que tem por objeto a gestão associada para a regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ficando igualmente ratificados todos os atos praticados pela AGEPAN no exercício da regulação e fiscalização dos mencionados serviços.

**Art. 2º** A Lei nº 1.388, de 10 de setembro de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. Fica o Município autorizado a estabelecer com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a gestão associada para a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em seu território, a ser delegada à AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPAN, por meio de convênio de cooperação.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

[Município], [data]

PREFEITO MUNICIPAL DE [COMPLETAR]

**MINUTA DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**[A SER UTILIZADO PARA MUNICÍPIOS QUE JÁ FIRMARAM CONVÊNIO DE  
COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA]**

CONVÊNIO Nº [COMPLETAR]

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº [COMPLETAR], PARA GESTÃO ASSOCIADA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, A AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL (AGEPAN) E O MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], VISANDO À DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO.

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.412.257/0001-28, com sede na Avenida do Poeta, Bloco VIII, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, neste ato representado por seu Governador, [completar], doravante denominado ESTADO, e a AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL (AGEPAN), pessoa jurídica de direito público, instituída pela Lei Estadual nº 2363/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.130/0001-90, com sede na Avenida Afonso Pena nº 3026, Campo Grande-MS, doravante denominada AGEPAN, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, [completar], e de outro lado o MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF [completar], com sede na [completar], neste ato representado por seu Prefeito, [completar], doravante denominado MUNICÍPIO DE [completar], resolvem, de comum

acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº [COMPLETAR]. Os partícipes sujeitam-se, no que couber, às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas que regem a matéria, de acordo com as Cláusulas e condições a seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os CONVENENTES resolvem, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do CONVÊNIO previsto na Cláusula [completar] pelo prazo de [completar], permanecendo o CONVÊNIO, assim, válido até [completar].

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os CONVENENTES resolvem, ainda, fazer menção à gestão associada da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO na Cláusula Primeira do CONVÊNIO, passando tal cláusula a ter a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto o planejamento, regulação, fiscalização e a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], na forma de Gestão Associada, obrigando seus celebrantes ao cumprimento das obrigações e atribuições nele estabelecidas.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Os CONVENENTES acordam que todas as demais cláusulas e condições do CONVÊNIO que não tenham sido expressamente alteradas por este TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº [COMPLETAR] permanecem em vigor e produzindo todos os seus efeitos.

#### CLÁUSULA QUARTA

A publicação, por extrato, do presente Instrumento no respectivo Diário Oficial será providenciada pelo ESTADO e pelo MUNICÍPIO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

E, por estarem de comum acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº [COMPLETAR] em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, em juízo e fora dele, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Campo Grande, [completar].

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO  
SUL - AGEPAN

MUNICÍPIO DE [COMPLETAR]

## MINUTA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

### [A SER UTILIZADA PARA MUNICÍPIOS COM QUEM O ESTADO MANTÉM CONVÊNIO DE CONCESSÃO - MODELO JÁ ADOTADO PELO ESTADO, COM ALGUMAS ADAPTAÇÕES]

CONVÊNIO nº [COMPLETAR]

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, A AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL (AGEPAN) E O MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], VISANDO À DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO.

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.412.257/0001-28, com sede na Avenida do Poeta, Bloco VIII, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, neste ato representado por seu Governador, [completar], doravante denominado ESTADO, e a AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL (AGEPAN), pessoa jurídica de direito público, instituída pela Lei Estadual nº 2363/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.130/0001-90, com sede na Avenida Afonso Pena nº 3026, Campo Grande-MS, doravante denominada AGEPAN, neste ato representada pelos eu Diretor-Presidente, [completar], e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF [completar], com sede na [completar], neste ato representado por seu Prefeito, [completar], doravante denominado MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO. Os partícipes sujeitam-se, no que couber, às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas que regem a matéria, de acordo com as Cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto a gestão associada para o planejamento, regulação, fiscalização e a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], obrigando seus celebrantes ao cumprimento das obrigações e atribuições nele estabelecidas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PLANEJAMENTO

A prestação dos serviços de saneamento básico observará o Plano de Investimentos e os procedimentos e as ações previstas constantes do Contrato de Programa, e de suas revisões, ajustes e aditivos, visando à realização de sua adequada prestação e gradual expansão.

Subcláusula primeira: As metas iniciais dos serviços de saneamento básico serão as estabelecidas no Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a SANESUL.

Subcláusula segunda: As eventuais revisões e ajustes das metas iniciais dos serviços de saneamento básicos ensejarão alterações no Contrato de Programa, sendo asseguradas a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da sua prestação e a necessária articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito estadual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O exercício das funções de regulação e de fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico no MUNICÍPIO será objeto de atuação da AGEPA,

com a colaboração do MUNICÍPIO, que observará o conjunto das medidas legais, contratuais e regulamentares que regem o Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a SANESUL, visando à sua adequada e eficiente prestação.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto pactuado neste Instrumento, além das demais cláusulas deste CONVÊNIO, compete:

##### I. AO ESTADO:

- a) Estabelecer as metas e definir a Política de SANEAMENTO BÁSICO no Estado de MATO GROSSO DO SUL, incorporando as metas específicas previstas para o MUNICÍPIO, constantes do Contrato de Programa firmado com a SANESUL;
- b) Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas pela SANESUL, no âmbito de sua atuação e no MUNICÍPIO;
- c) Desenvolver as ações elencadas no Plano de Saneamento Básico do Município de [completar], proporcionando a Educação Ambiental na Rede de Ensino, referente as questões de saneamento, com fornecimento de material educativo.

##### II. AO MUNICÍPIO:

- a) Aderir à Política Estadual de Saneamento;
- b) Delegar a regulação e fiscalização dos serviços a AGEPAN, nos termos da legislação municipal;
- c) Celebrar Contrato de Programa com a SANESUL;
- d) Contratar a SANESUL observando o procedimento de dispensa de licitação nos termos do inciso XXVI, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

##### III. À AGEPAN:

- a) Fiscalizar e regular a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO no MUNICÍPIO, zelando pela sua adequação e eficiência e pelo cumprimento

das obrigações da SANESUL previstas nas normas legais, regulamentares e contratuais.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

A taxa de fiscalização a ser mensalmente repassada pela SANESUL em favor da AGEPAN será destinada à realização de fiscalização eficiente e adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, conforme disposto na Lei Estadual nº 2.363/2001 e na Lei Municipal nº 2007/2016.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O prazo de vigência deste CONVÊNIO é de 40 (quarenta) anos, a contar da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXINÇÃO DO CONVÊNIO

O presente CONVÊNIO será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I. Pelo ESTADO, por intermédio da AGEPAN ou MUNICÍPIO, unilateralmente, por meio de denúncia fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize, em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços;

II. advento do Termo Final do prazo do CONVÊNIO.

Subcláusula única: A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES não afeta a vigência do Contrato de Programa firmado entre o MUNICÍPIO e a SANESUL para a prestação dos SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

O presente Instrumento poderá ser modificado a qualquer tempo, por meio de Termo Aditivo, com concordância dos partícipes.

#### CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação, por extrato, do presente Instrumento na imprensa oficial será providenciada pelo ESTADO e pelo MUNICÍPIO, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Campo Grande - MS, para dirimir controvérsias oriundas do presente Instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de comum acordo, firmam o presente Convênio de Cooperação em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, em juízo e fora dele, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Campo Grande, [completar].

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO  
SUL - AGEPAN

MUNICÍPIO DE [COMPLETAR]

**MINUTA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRORROGAÇÃO  
DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**[A SER UTILIZADA PARA MUNICÍPIOS QUE JÁ FIRMARAM CONTRATO DE  
PROGRAMA COM A SANESUL]**

CONTRATO DE PROGRAMA Nº [COMPLETAR]

[COMPLETAR] TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
Nº [COMPLETAR] QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE [COMPLETAR] E A EMPRESA DE  
SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.  
- SANESUL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF [completar], neste ato representado pelo Senhor Prefeito, [completar], doravante denominado MUNICÍPIO e a EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL, sociedade de economia mista sob controle do Estado de Mato Grosso do Sul, criada pelo Decreto Estadual nº 73, de 26 de janeiro de 1979, com sede na Cidade de Campo Grande-MS, na Rua Dr. Zerbini, 421, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.982.931/0001-20, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [completar], doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente [COMPLETAR] TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº [COMPLETAR] (o “CONTRATO”) visando a alteração das cláusulas que menciona e a ratificação das demais, conforme condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

As Partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do CONTRATO previsto na Cláusula [completar] pelo prazo de [completar], permanecendo o CONTRATO, assim, válido até [completar].

## CLÁUSULA SEGUNDA

As Partes resolver definir, expressamente, que, no caso de contratação de terceiros pela SANESUL, esta última poderá delegar aos primeiros a obrigação de promover as desapropriações, instituir servidões administrativas e impor limitações administrativas ou ocupação provisória de bens imóveis que se façam necessários para a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

## CLÁUSULA TERCEIRA [APLICÁVEL APENAS AOS MUNICÍPIOS DE MARACAJU, PEDRO GOMES E RIO BRILHANTE]

As Partes resolvem, de comum acordo, [incluir ou alterar, a depender do caso] as seguintes previsões no CONTRATO:

[Município de Maracaju: referenciar as obrigações previstas no art. 5º, § 4º, da Lei municipal nº 1.649/2011]

[Município de Pedro Gomes: referenciar as obrigações previstas no art. 5º, inc. II, no art. 5º, inc. XI, g), no art. 5º, inc. XIII, último parágrafo, no art. 5º, inc. XVI, no art. 5º, inc. XVIII, e), no art. 5º, inc. XVIII, i), no art. 5º, inc. XXIV, d), e), f) e g), todos da Lei municipal nº 1.039/2009]

[Município de Rio Brilhante: referenciar as obrigações previstas no art. 7º, § 3º e 4º, da Lei municipal nº 1.584/2009]

## CLÁUSULA QUARTA

As Partes acordam que todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO que não tenham sido expressamente alteradas por este [COMPLETAR] TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº [COMPLETAR] permanecem em vigor e produzindo todos os seus efeitos.

## CLÁUSULA QUINTA

A publicação, por extrato, do presente Instrumento na imprensa oficial será providenciada pelo ESTADO e pelo MUNICÍPIO, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as Partes lavrar o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do MUNICÍPIO, da CONTRATADA, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si herdeiros e sucessores.

MUNICÍPIO DE [COMPLETAR]

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## CONTRATO DE PROGRAMA

### [A SER UTILIZADA PARA MUNICÍPIOS QUE NÃO MANTÊM CONTRATO DE PROGRAMA - MODELO JÁ ADOTADO PELO ESTADO, COM ALGUMAS ADAPTAÇÕES]

#### CONTRATO [COMPLETAR]

CONTRATO DE PROGRAMA, PARA A  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE  
SANEAMENTO BÁSICO, QUE ENTRE SI  
CELBRA O MUNICÍPIO DE [COMPLETAR] E A  
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO  
DO SUL S.A. - SANESUL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE [COMPLETAR], pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF [COMPLETAR], neste ato representado pelo Senhor Prefeito, [completar], doravante denominado MUNICÍPIO e a EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL, sociedade de economia mista sob controle do Estado de Mato Grosso do Sul, criada pelo Decreto Estadual nº 73, de 26 de janeiro de 1979, com sede na Cidade de Campo Grande - MS, na Rua Dr. Zerbini, 421, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.982.931/0001-20, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [completar], doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar CONTRATO DE PROGRAMA, para prestação de serviços públicos de saneamento básico, integrado pelas infraestruturas, instalações operacionais e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na área urbana do MUNICÍPIO, o qual se regerá pela legislação pertinente e pelas condições a seguir estipuladas, de comum acordo entre as partes e, ainda:



#### CONSIDERANDO:

Fundamento Jurídico: O presente contrato foi celebrado em conformidade com os artigos 175 e 241 da Constituição Federal, art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005, art. 8º da Lei Federal nº 11.445/2007, Lei Estadual nº 2.363/2001, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 6.689/1992 e Lei Municipal nº [completar, nos casos em que for cabível], que estabelece a Política de Saneamento Básico do Município de [completar] - MS, e Lei Municipal nº [completar], que autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer com o Estado de Mato Grosso do Sul a Gestão Associada para prestação, organização, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento.

Fundamento técnico: as características e necessidades técnicas e sócio-econômicas dos sistemas e serviços de saneamento básico no MUNICÍPIO, em especial, a necessidade da prestação dos serviços e do equilíbrio econômico-financeiro em escala estadual.

O presente contrato de programa de prestação de serviços públicos e exploração de saneamento básico, doravante denominado de Contrato, se regerá pelas disposições legais atinentes à matéria, pelo REGULAMENTO DE SERVIÇOS e pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

Constitui objeto deste Contrato a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do Município de [completar e alterar a área de atuação, conforme o caso].

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Além das definições utilizadas no regulamento dos serviços, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

I. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade das infraestruturas, instalações operacionais e serviços desde a captação, transporte, adução e tratamento de água bruta, transporte, adução, reservação e distribuição de água potável aos USUÁRIOS, além da coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até a sua disposição final no meio ambiente, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, obedecida a legislação em vigor;

II. **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO:** é o limite territorial urbano do MUNICÍPIO DE [COMPLETAR E ALTERAR A ÁREA, SE FOR O CASO] e do correspondente sistema de saneamento básico;

III. **BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações necessárias à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que já existem e que venham a serem adquiridos posteriormente à celebração do presente Contrato, afetos à prestação dos serviços, no âmbito das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO.

IV. **TARIFA:** é o valor pecuniário a ser cobrado pela CONTRATADA dos USUÁRIOS, em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

V. **USUÁRIOS:** são as pessoas ou grupo de pessoas que se utilizam dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

VI. **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

VII. SERVIÇO COMPLEMENTAR: é o serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

VIII. RECEITA COMPLEMENTAR: é a receita oriunda dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;

IX. REVISÃO: é a alteração extraordinária do valor das tarifas, para mais ou menos, e/ou demais disposições do Contrato, observadas as condições previstas neste instrumento e nas normas legais e regulamentares aplicáveis;

X. PLANO DE INVESTIMENTOS: é um plano operacional que detalhará as ações e investimentos necessários ao alcance das metas fixadas no Anexo IV deste Contrato;

XI. CONTROLE SOCIAL: é o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e atuação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

XII. REGULADOR: é a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, autarquia criada nos termos da Lei estadual n° 2.363, de 19 de dezembro de 2001, ou sua sucessora a qualquer título, responsável pela fiscalização e regulação dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela SANESUL.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Integram o Contrato, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

I. Metas progressivas e graduais de expansão, melhoria de qualidade, eficiência, compatíveis com os prazos para a prestação dos serviços e que serão revistas a cada 4 (quatro) anos;

II. Demonstrativo de Resultado;

III. Fluxo de Caixa;

IV. Plano de Investimentos;

V. Estrutura Tarifária;

VI. Regulamento dos Serviços para Prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS OBJETIVOS E METAS

A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação e qualidade dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constates dos Anexos, que estabelece, dentro das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do Contrato, observados os termos do Plano de Investimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Plano de Investimentos conterà as ações com vistas ao atingimento das metas pactuadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A partir do segundo ano de vigência deste Contrato, a CONTRATADA deverá elaborar relatórios anuais de desempenho, de forma clara e destacada, e encaminhá-los ao MUNICÍPIO e ao REGULADOR de modo a divulgar as metas e resultados alcançados no ano imediatamente anterior.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 40 (quarenta) anos, contados da assinatura deste instrumento até o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS BENS QUE INTEGRAM O SISTEMA OBJETO DE EXPLORAÇÃO

O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Integrarão também o sistema todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONTRATADA ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO ora conveniados não poderão ser alienados pela CONTRATADA, por qualquer forma, e permanecerão vinculados à prestação dos serviços, mesmo na hipótese de extinção deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONTRATADA, de acordo com a legislação atualmente vigente, em dimensão necessária e suficiente para que a qualquer tempo possa ser realizado o cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos não amortizados pelas receitas emergentes da concessão. A CONTRATADA, o MUNICÍPIO e o REGULADOR acordarão sobre a forma de registro dos bens a que se refere esta cláusula, que deverá estar implementado no prazo de até 2 (dois) anos, contados da data de assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO. O MUNICÍPIO poderá realizar investimentos e implantar BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, passando à operação e manutenção da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO integrantes do sistema deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, mesmo após a extinção do Contrato, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

A CONTRATADA, durante todo o prazo da vigência deste Contrato, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com o disposto neste Contrato, visando o pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS e permitindo o controle social conforme previsto na legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, serviço adequado é o que, gradualmente, atingirá condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos seus usuários.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

I. Regularidade: a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO nas condições estabelecidas neste contrato, no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e em outras normas técnicas em vigor;

II. Continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e de sua oferta à população das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nas condições estabelecidas neste Contrato e no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade;

III. Eficiência: a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e com os padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e na legislação sanitária, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da exploração, pelo menor custo possível;

IV. Segurança: a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, que assegurem a segurança dos Usuários, da comunidade e do meio ambiente;

V. Atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO na medida da necessidade dos USUÁRIOS das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste contrato;

VI. Generalidade: a universalidade da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ou seja, assegurado o direito de acesso aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO a todos os tipos e categorias de USUÁRIOS estabelecidos nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, observadas as metas previstas no Anexo I;

VII. Cortesia na prestação dos serviços: o tratamento aos USUÁRIOS com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;

VIII. Modicidade: a justa correlação entre os encargos decorrentes da exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, a remuneração da CONTRATADA, e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONTRATADA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica, nas seguintes hipóteses:

I. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no sistema;

II. Negativa do USUÁRIO em permitir a instalação do dispositivo de medição de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

III. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONTRATADA, por parte do USUÁRIO;

IV. Eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, plenamente justificados e aceitos pelo REGULADOR;

V. Declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade dos mesmos, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

VI. Inadimplemento do USUÁRIO dos serviços de abastecimento de água quanto ao pagamento da tarifa, mesmo após ter sido formalmente notificado



para efetuá-lo, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, na forma da lei e deste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO. A interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada ao REGULADOR por formulário próprio e ao USUÁRIO através dos meios de comunicação disponíveis na localidade, com antecedência compatível, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO. Cabe à CONTRATADA, em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis, no sentido de reduzir a descontinuidade dos serviços ao prazo estritamente necessário, sujeito à fiscalização do REGULADOR e do MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO SEXTO. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA passará a prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO assim que as instalações do USUÁRIO estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que a CONTRATADA já disponha de infraestrutura local adequada quando se tratar de serviços de coleta e tratamento de esgoto.

PARÁGRAFO OITAVO. A CONTRATADA poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou não apropriada para receber os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ou que interfira na sua continuidade ou qualidade.

PARÁGRAFO NONO. O USUÁRIO deverá manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A CONTRATADA não poderá condicionar a ligação ou religação das unidades do USUÁRIO ao pagamento de valores não previstos neste Contrato ou no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, bem como de débitos não imputáveis ao USUÁRIO, ou seja, interromper, por decisão própria, a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, ressalvadas as hipóteses previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATADA poderá exigir que o USUÁRIO realize pré-tratamento de seus efluentes de esgoto sempre que apresentem poluentes incompatíveis com o sistema de esgoto sanitário, segundo as normas pertinentes.

#### CLÁUSULA NONA - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os critérios da qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO constam do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, das demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, além das demais condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO SISTEMA TARIFÁRIO

A TARIFA que irá remunerar a CONTRATADA e a política tarifária que se aplicará à exploração serão aquelas constantes da legislação vigente e serão uniformes em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A estrutura constante do Anexo V somente será alterada quando da realização de revisão ordinária ou extraordinária das TARIFAS, em conformidade com as normas legais e regulamentares existentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A instituição das TARIFAS deverá observar as seguintes diretrizes:

- I. Prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II. Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III. Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV. Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V. Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI. Remuneração adequada do capital investido pelo prestador dos serviços;
- VII. Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII. Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os imóveis ocupados pelo Município atendidos pela CONTRATADA terão desconto de 50% (cinquenta por cento) nas faturas, desde que não estejam com mais de 30 (trinta) dias de atraso nos pagamentos das faturas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DA REVISÃO DA TARIFA

Os reajustes e as revisões das TARIFAS obedecerão aos seguintes critérios:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A TARIFA será aplicada uniformemente em todo território do Estado de Mato Grosso do Sul e será fixada de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação a sua aplicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O reajuste será anual, sempre no mês de julho, calculado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado pelo IBGE. Na falta desse índice o reajuste deverá ser calculado por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A revisão será efetivada sempre que, por fatos alheios ao controle e influência da CONTRATADA, seu valor tornar-se insuficiente para amortizar integralmente todos os investimentos, custos operacionais, de manutenção e expansão dos serviços, assegurando-se, dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO. A revisão também será efetivada sempre que ocorrerem motivos técnicos, econômicos, financeiros, tributários ou conjunturais que contribuam para a redução de custos da CONTRATADA, desde que assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS FONTES DE RECEITA

A CONTRATADA terá direito a receber, pelos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO prestados, a TARIFA conforme Anexo V.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA terá igualmente direito de auferir a receita decorrente da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO estabelecidos no presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os valores das RECEITAS COMPLEMENTARES decorrentes da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, pela CONTRATADA,

serão reajustados ou revisados de acordo com o que prevê a Cláusula Décima Primeira.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SISTEMA DE COBRANÇA

As TARIFAS e as RECEITAS COMPLEMENTARES serão cobradas aos USUÁRIOS que se encontrem dentro das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA efetuará as medições dos consumos de água e emitirá a cobrança dos valores devidos aos respectivos USUÁRIOS, nos termos dos parâmetros estabelecidos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e SERVIÇOS COMPLEMENTARES executados.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA poderá contratar outras empresas, instituição financeira ou não, para funcionarem como agentes arrecadadores das quantias mencionadas nesta Cláusula, bem como para exercer as funções previstas no § 1º.

PARÁGRAFO QUARTO. A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e SERVIÇOS COMPLEMENTARES valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus USUÁRIOS, desde que com anuência do USUÁRIO.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

- I. Receber o SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO em condições adequadas e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;
- II. Receber do MUNICÍPIO, da CONTRATADA e do REGULADOR todas as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;
- III. Levar ao conhecimento do REGULADOR, do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- IV. Comunicar ao REGULADOR ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato;
- V. Contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- VI. Cumprir o REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e o regulamento específico para despejos industriais, inclusive resoluções do REGULADOR, bem como a legislação que disciplina a matéria;
- VII. Receber da CONTRATADA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;
- VIII. Pagar os valores decorrentes da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- IX. Pagar a TARIFA cobrada pela CONTRATADA pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

X. Responder, na forma da lei, perante a CONTRATADA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações;

XI. Consultar a CONTRATADA, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de entrega da água potável e o de coleta do esgotamento sanitário;

XII. Solicitar à CONTRATADA qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água potável ou no de coleta do esgotamento sanitário;

XIII. Autorizar a entrada de prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, podendo, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação;

XIV. Manter as instalações internas, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;

XV. Averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

As atividades de fiscalização deste Contrato serão exercidas pelo REGULADOR, em nome do MUNICÍPIO, nos termos de norma específica ou de convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A fiscalização a ser exercida pelo REGULADOR abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA, nas áreas técnica, operacional, de atendimento, econômica, contábil, financeira e tarifária.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso o MUNICÍPIO, no exercício de atribuições decorrentes do convênio supracitado, identificar inconformidades na prestação dos serviços, comunicará ao REGULADOR e à CONTRATADA, para a adoção das medidas administrativas e outras cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A fiscalização dos serviços contidos neste Contrato será exercida anualmente também por comissão a ser nomeada logo após a assinatura do presente Contrato e composta por representantes do MUNICÍPIO, da CONTRATADA e dos USUÁRIOS, de forma a cumprir o disposto no art. 30, parágrafo único, da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS

A taxa de regulação de serviços a ser mensalmente recolhida pela CONTRATADA será destinada ao REGULADOR, com vistas a realizar fiscalização eficiente e adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, conforme disposto na Lei estadual nº 4.147/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A falta de cumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato, do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS ou da legislação aplicável e normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do Contrato, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa



PARÁGRAFO PRIMEIRO. A penalidade no inciso “I” e a multa prevista no “II”, respeitados os limites previstos nesta Cláusula, será aplicada segundo a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O REGULADOR definirá, no prazo de até 2 (dois) anos, em regulamento próprio, ouvida a CONTRATADA, os valores monetários de cada multa, que passarão a fazer parte deste Contrato. [adaptar se o REGULADOR tiver editado regulamento quando da celebração do contrato]

PARÁGRAFO TERCEIRO. O processo de aplicação das penalidades de advertência e multa assegurará a ampla defesa e o contraditório da CONTRATADA e terá início com a lavratura do auto de infração, pelo agente responsável pela fiscalização que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais atribuíveis à CONTRATADA e seus funcionários.

PARÁGRAFO QUARTO. O auto de infração, que obedecerá ao modelo a ser definido pelo REGULADOR, deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada, e será lavrado em 2 (duas) vias, instruído com o respectivo laudo de constatação técnica, indicando métodos e critérios de aferição utilizados e entregues por notificação protocolada na sede da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO. A prática de duas ou mais infrações pela CONTRATADA poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.

PARÁGRAFO SEXTO. Com base no auto de infração, a CONTRATADA sofrerá a penalidade atribuída em consonância com a natureza da infração e cuja intimação obedecerá a forma de comunicação indicada no parágrafo quarto.

PARÁGRAFO SÉTIMO. No prazo de 30 (trinta) dias contatos do recebimento da notificação da penalidade, a CONTRATADA poderá apresentar sua defesa ao agente fiscalizador.

PARÁGRAFO OITAVO. O REGULADOR terá 30 (trinta) dias para apreciação da defesa da CONTRATADA, notificando esta ao final do referido prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A decisão proferida deverá ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos acatados ou não na defesa apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Mantida a imposição da penalidade, a CONTRATADA poderá, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da decisão, recorrer, sendo vedada qualquer anotação nos registros da CONTRATADA junto ao REGULADOR, enquanto não houver a decisão final desta sobre a procedência da autuação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Mantido o auto de infração por decisão do REGULADOR, que será definitivo na esfera administrativa, a penalidade deverá ser:

- I. No caso de advertência, anotada nos registros da CONTRATADA junto ao REGULADOR;
- II. Em caso de multa pecuniária, ser efetuado seu pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação da decisão pela CONTRATADA, na forma no regulamento específico a ser estabelecido pelo REGULADOR.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O simples pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.

PARÁGRAFO QUARTO. Os recursos originários de multas serão aplicados no Fundo Municipal de Saneamento, instituído pela Lei nº 1995/2016.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INTERVENÇÃO

O MUNICÍPIO poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A intervenção far-se-á por decreto do MUNICÍPIO, que designará o Interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, devendo ser instaurado dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao ato de intervenção, o correspondente procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se à CONTRATADA a amplo direito de defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se o procedimento administrativo não se concluir dentro de 180 (cento e oitenta) dias, considerar-se-á inválida a intervenção, devolvendo-se à CONTRATADA a administração dos serviços, sem prejuízo de seu direito à indenização.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

PARÁGRAFO QUARTO. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à CONTRATADA precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I. Advento do Termo Final do Contrato;

II. Rescisão motivada, em caso de comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste Contrato, mediante procedimento administrativo em que se garanta a ampla defesa e o contraditório, que deve ser precedido de prazo para a regularização da situação de inadimplemento;

III. No caso de a CONTRATADA não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de convênio de cooperação, conforme disposto no art. 13, § 6 da Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005;

IV. Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Extinto o Contrato, por qualquer motivo, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à CONTRATADA, referente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela CONTRATADA, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema de saneamento básico.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para efeito da reversão, os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO são os utilizados, direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente, na prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

A rescisão do Contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso de rescisão motivada por inadimplemento deverão ser realizados consecutivamente os seguintes procedimentos para verificação do inadimplemento, por meio de infrações e falhas, previstas na legislação específica e neste Contrato:

- I. Processo de fiscalização específico pelo REGULADOR;
- II. Realização de auditoria técnica especializada contratada de comum acordo entre CONTRATADA e MUNICÍPIO,
- III. Instauração de processo administrativo pelo MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O processo administrativo de inadimplemento não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONTRATADA, em detalhes, das infrações incorridas, bem como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos de processo de fiscalização do REGULADOR.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em razão de interesse público, mediante prévia autorização legislativa municipal específica, o MUNICÍPIO poderá retomar o SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela CONTRATADA para garantir a continuidade e a atualidade do SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO.

PARÁGRAFO QUARTO. Mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, poderá a CONTRATADA promover a rescisão deste contrato, no caso

de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, das normas aqui estabelecidas. Nesta hipótese, a CONTRATADA não poderá interromper a prestação do serviço enquanto não transitar em julgado a decisão judicial que decretar a extinção deste contrato.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Na hipótese de falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO envidará os maiores esforços no sentido de que parte ou totalidade dos empregados da CONTRATADA que participem diretamente da operação de EXPLORAÇÃO passem para o sucessor, sem qualquer ônus futuro para a CONTRATADA, nos termos a serem definidos em regulamento próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONTRATADA, a partilha do respectivo patrimônio social será precedida de auto de vistoria, a cargo do REGULADOR, que informará o estado em que se encontram os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, os quais, conforme o caso, serão revertidos ao MUNICÍPIO, livres de ônus ou indenizados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para os fins previstos no parágrafo primeiro desta Cláusula, obriga-se a CONTRATADA a entregar os bens ali referidos, ao MUNICÍPIO, em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso a devolução dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO ao MUNICÍPIO, na forma prevista no parágrafo primeiro desta Cláusula, não se verifique segundo as condições estabelecidas nesta Cláusula, a contratada indenizará o MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO QUARTO. Para efeito das indenizações de que tratam as Cláusulas anteriores, o valor de indenização dos bens reversíveis será aquele

resultante de inventário procedido por empresa de auditoria independente, escolhida de comum acordo entre as partes, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recurso.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS

A CONTRATADA é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA, desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor-se ao MUNICÍPIO ou ao REGULADOR, como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste contrato, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O REGULADOR e o MUNICÍPIO deverão, no caso supra, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos previstos neste Contrato quando, embora a CONTRATADA comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença ou outorga, não a tenha conseguido por razões alheias à sua vontade.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

A CONTRATADA deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nos termos de deliberação da autoridade ambiental ou de recursos hídricos, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste contrato e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CONTRATOS DA CONTRATADA COM TERCEIROS

Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica de terceiros com o MUNICÍPIO ou o REGULADOR.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares inerentes à prestação dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Incluem-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis nº 8.987/1995, 11.079/2004, 11.107/2005 e 11.445/2007.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS EXPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

Cabe ao MUNICÍPIO ou à CONTRATADA, como entidade delegada do MUNICÍPIO, promover desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à exploração dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja propositura de ações



judiciais, sempre correrão à conta da CONTRATADA, sendo o seu valor considerado para fins de apuração do equilíbrio econômico-financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O disposto no parágrafo acima se aplica também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de contratação de terceiros pela SANESUL, esta última poderá delegar aos primeiros a obrigação de promover as desapropriações, instituir servidões administrativas e impor limitações administrativas ou ocupação provisória de bens imóveis que se façam necessários para a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Deverão ser submetidos à aprovação da CONTRATADA, os projetos relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município que não tenham sido elaborados pela mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA poderá se recusar a incorporar e operar sistemas que não cumpram o estabelecido nesta cláusula.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

O Município se compromete, juntamente com a CONTRATADA, fazer cumprir o que determina a Lei nº 11.445/07 no que se refere à obrigatoriedade por parte dos USUÁRIOS a interligação às redes de água e de esgotamento sanitário.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA se compromete em dar efetivo cumprimento ao estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de [completar] aprovado pela Lei nº [completar].

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A publicação, por extrato, do presente Instrumento na imprensa oficial será providenciada pela CONTRATADA e pelo MUNICÍPIO, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de [completar]/MS, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento. Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do MUNICÍPIO, da CONTRATADA, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si herdeiros e sucessores.

MUNICÍPIO DE [COMPLETAR]

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL